A dark grey vertical bar runs down the left side of the page. A blue arrow-shaped graphic points to the right from the bar, containing the date.

14-03-2022

Relatório e contas do exercício de 2021

A series of thin, curved lines in shades of grey and blue originate from the bottom left corner and sweep upwards and to the right, creating a sense of movement and design.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE
MENTAL DE CASTELO BRANCO

Relatório e Contas do Exercício de 2021

Designação Social

APPACDM de Castelo Branco - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Forma Jurídica

Instituição Particular de Solidariedade Social

Sede Social

Rua em frente ao Hospital Amato Lusitano – 6000-109 Castelo Branco

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	4
II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO	4
III. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO	5
IV. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL	5
1. UTENTES	6
1.1 - ATIVIDADES DE INCLUSÃO	7
2. RECURSOS HUMANOS	8
3. PARCERIAS	10
4. MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO	11
V. PANDEMIA COVID-19.....	12
VI. PERSPETIVAS FUTURAS.....	12
VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	12
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
IX. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2021.....	14
1. BALANÇO	14
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	15
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	16
4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	18
5. ANEXO	19

ÍNDICE DE FIGURAS

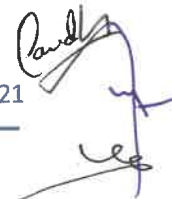
Figura 1 - Visão, Missão, Valores e Políticas da Organização	5
Figura 2 - Caracterização estrutural	6

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número médio de utentes	7
Gráfico 2 - Número de colaboradores e prestadores de serviços	8
Gráfico 3 - Distribuição de colaboradores por estabelecimento.....	9
Gráfico 4 - Número de colaboradores por género.....	9
Gráfico 5 - Número de colaboradores por grupo funcional e estabelecimento.....	10

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2021	14
Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas	15
Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2020	16
Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2021	17
Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	18



I. INTRODUÇÃO

De acordo com o previsto nos Estatutos, a Direção da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - APPACDM de Castelo Branco, apresenta à Assembleia Geral de Sócios o Relatório e Contas do ano de 2021, para apreciação, discussão e votação, que relata as atividades desenvolvidas e a gestão exercida ao longo do ano de 2021.

A crise sanitária decorrente da COVID-19 voltou a marcar fortemente o contexto económico e social no ano de 2021, e a instituição adaptou a sua política de continuidade do ano anterior, de modo proporcionar qualidade e segurança das respostas sociais, e a prestação de serviços inovadores através da gestão eficiente dos recursos, tendo em vista a sustentabilidade financeira.

Ao longo do ano, a direção procurou guiar as suas ações, cumprindo com as normas e orientações do Governo Português e da Direção Geral da Saúde, sempre com vista a proporcionar melhores serviços, maior qualidade de vida e segurança aos seus utentes e familiares, mantendo um modelo de intervenção centrado na pessoa e alinhando todas as suas respostas e projetos às melhores práticas. Tendo como objetivos a garantia dos direitos das pessoas com deficiências e a oferta de serviços de apoio que viabilizam a sua integração social e profissional, bem como a criação de soluções de complementaridade ou de alternativa às famílias, através da promoção de meios educativos, socioculturais, profissionais e reabilitação/habilitação de crianças, jovens e adultos com Deficiência Intelectual.

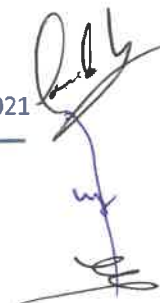
A par das respostas sociais e da qualidade dos serviços prestados, a sustentabilidade da instituição a médio e longo prazo, constitui uma das preocupações da direção, pelo que ao longo do ano foram desenvolvidas ações com vista a conseguir uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, que permitam à instituição continuar fazer face aos custos inerentes à prevenção da COVID19 e dos crescentes custos de funcionamento decorrentes de exigências legais a que a instituição está obrigada, e em simultâneo, mantendo e melhorando a segurança nas respostas dadas aos seus utentes.

Num segundo e consecutivo ano atípico, devido a todas as contingências da pandemia, atingimos muitos dos objetivos a que nos propusemos, mas isso só foi possível graças ao intenso trabalho de todos os colaboradores da APPACDM de Castelo Branco.

II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO

Os Órgãos Sociais da instituição são constituídos por uma Assembleia Geral, uma Direção e um Conselho Fiscal, em que os seus atuais membros desempenham voluntariamente a sua função e a respetiva composição é a seguinte:

- **ASSEMBLEIA GERAL**
 - ✓ **Presidente** - Joaquim Morão Lopes Dias
 - ✓ **1º Secretário** - Maria Inês Domingos dos Reis Sanches Franco Frazão
 - ✓ **2º Secretário** - Rogério Pernes Mota
- **DIREÇÃO**
 - ✓ **Presidente** - Maria de Lourdes Borges Póvoa Pombo Costa
 - ✓ **Vice-presidente** - João Manuel Braz Tavares Flores
 - ✓ **Tesoureiro** - José da Cruz Penedo



- ✓ **Secretário** - Henrique Manuel Pires Teixeira Gil
- ✓ **Vogal** - Maria Clara Oliveira Nunes de Almeida da Cruz Moreira
- **CONSELHO FISCAL**
 - ✓ **Presidente** - Maria Cristina Vicente Granada
 - ✓ **1º Vogal** - Jorge José Antunes Alves
 - ✓ **2º Vogal** - António Nunes da Silva Baptista

III. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO

Os princípios da APPACDM de Castelo Branco assentam em quatro pilares, evidenciados na figura 1.

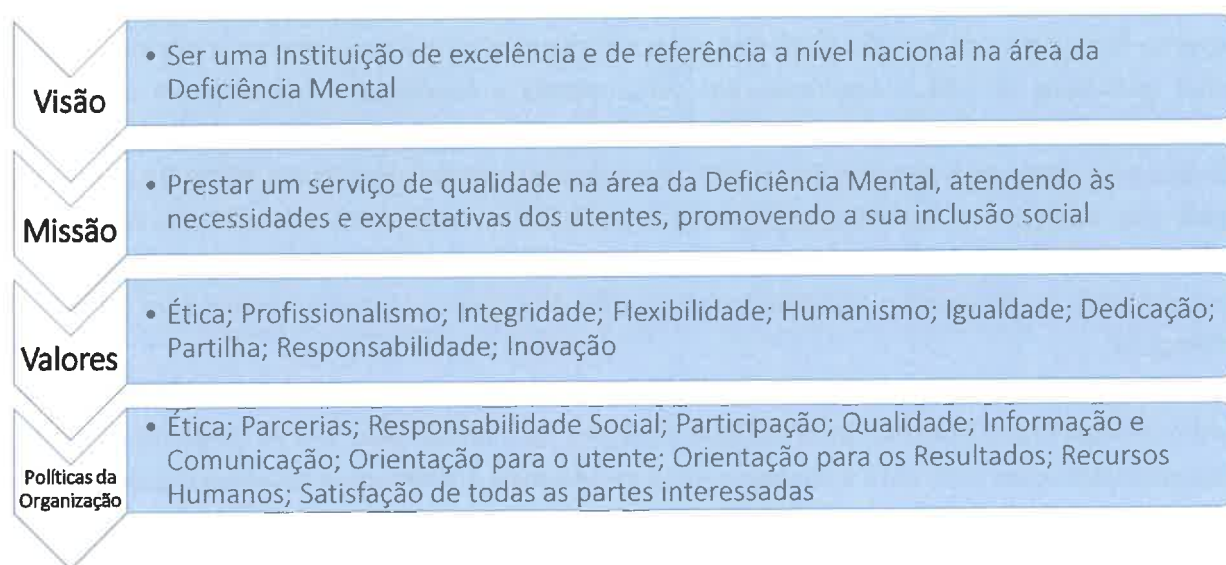


Figura 1 - Visão, Missão, Valores e Políticas da Organização

IV. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL

O prolongamento excecional da pandemia durante o ano de 2021 marcou fortemente o contexto económico e social, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social depararam-se com desafios extremamente exigentes e a APPACDM de Castelo Branco não foi exceção. A proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 exigiu a aplicação de medidas extraordinárias designadamente, reorganização de espaços, aquisição de equipamentos (EPI's), bens e serviços necessários à prevenção, contenção e mitigação de infeção por SARS-CoV-2. Para poder dar resposta às necessidades, expectativas e interesses das pessoas com deficiência intelectual, a instituição dispõe de três estabelecimentos, sendo cada um constituído por valências e atividades consideradas socialmente úteis e com recursos adequados (cf. Figura 2).



Figura 2 - Caracterização estrutural

1. UTENTES

No ano de 2021, a APPACDM de Castelo Branco prestou diariamente serviços a cerca 571 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, distribuídos pelas seguintes valências:

Número Médio de Utentes

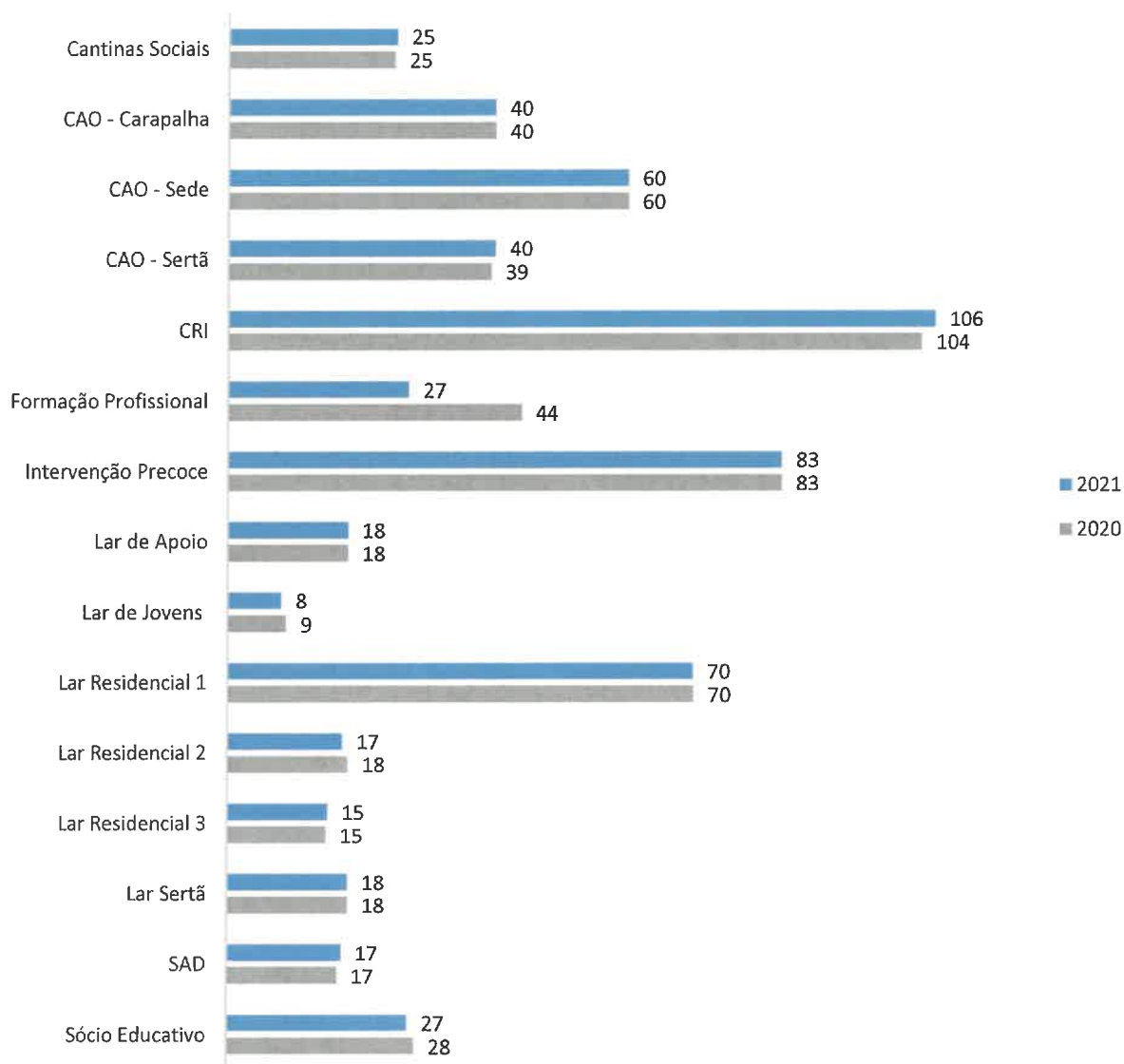


Gráfico 1 - Número médio de utentes

1.1 - ATIVIDADES DE INCLUSÃO

Devido à pandemia e de modo a garantir uma melhoria contínua dos padrões de qualidade e segurança nos serviços a prestar aos utentes, manteve-se a reorganização das atividades do ano anterior.

No confinamento, a nível de Escola, Centro de Recursos de Inclusão (CRI) e Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) iniciaram-se atendimentos síncronos aos alunos via Zoom e às famílias que não tinham internet através de telefone. Foram enviados trabalhos (via correio postal, email, *WhatsApp*), efetuaram-se apoios sociais a nível de cuidados básicos (alimentação e higiene), apoiou-se através do livro digital de atividades, construído pelos técnicos da instituição para poderem ser realizadas em família, tendo sido este partilhado pelos nossos parceiros, agrupamentos e famílias do CRI. Com os

nossos utentes em Lar continuaram-se a realizar atividades presenciais. Comemorou-se presencialmente ou através da plataforma digital Zoom: atividades de Desporto Adaptado, comemoração de dias festivos, comemoração de aniversários, atividades de expressão Plástica, atividades da quinta, atividades lúdicas, atividades Sociais – Passeios / Picnics na quinta. Ainda foram realizadas etiquetas de Natal para a GLOBALVIA, foi lecionado o Curso de Técnico Auxiliar de Apoio à Gestão Desportiva para Pessoas com Deficiência em parceria com a escola de judo Ana Hormigo, e participação numa Experiência Piloto de inclusão em contexto de trabalho de utentes de CAO e Lar numa fábrica de cerâmica em Proença-a-Nova.

2. RECURSOS HUMANOS

A qualidade da prestação dos serviços aos utentes depende das qualificações técnicas, profissionais e humanas de todos colaboradores. Assim, a APPACDM de Castelo Branco proporcionou uma progressiva atualização, motivação e valorização das competências pessoais e profissionais, investindo na formação interna e externa, de modo garantir a qualificação dos seus recursos humanos das várias valências, dando-se prioridade à formação na área COVID-19, nomeadamente “Formações de COVID-19 para População em geral” e “Ação Sensibilização do Exército – Formação COVID-19 aos Estabelecimentos Residenciais para Idosos”.

A 31 de dezembro de 2021 a instituição contava com uma equipa multidisciplinar de 175 colaboradores, 16 prestadores de serviços (cf. gráfico 2) e 13 pessoas integrantes em processos de Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde do Instituto Emprego e Formação Profissional.



Gráfico 2 - Número de colaboradores e prestadores de serviços

O gráfico 3 apresenta a distribuição de colaboradores nos três estabelecimentos da APPACDM de Castelo Branco.

Distribuição de Colaboradores por Estabelecimento

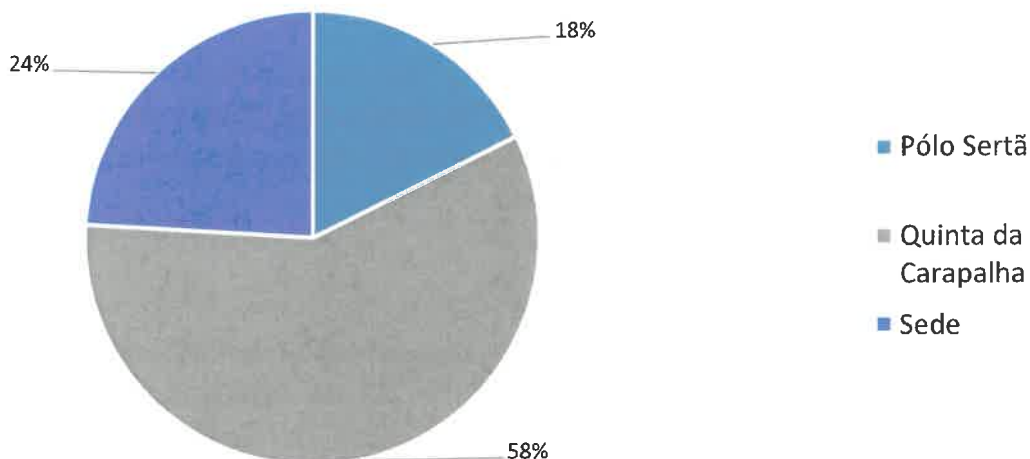


Gráfico 3 - Distribuição de colaboradores por estabelecimento

A 31 de dezembro de 2021, no Centro Quinta da Carapalha trabalhavam 58% do total dos colaboradores da instituição, no Centro de Educação Especial Castelo Branco exerciam funções 24% e no Centro de Educação Especial Sertã 18%.

Número de Colaboradores por Género

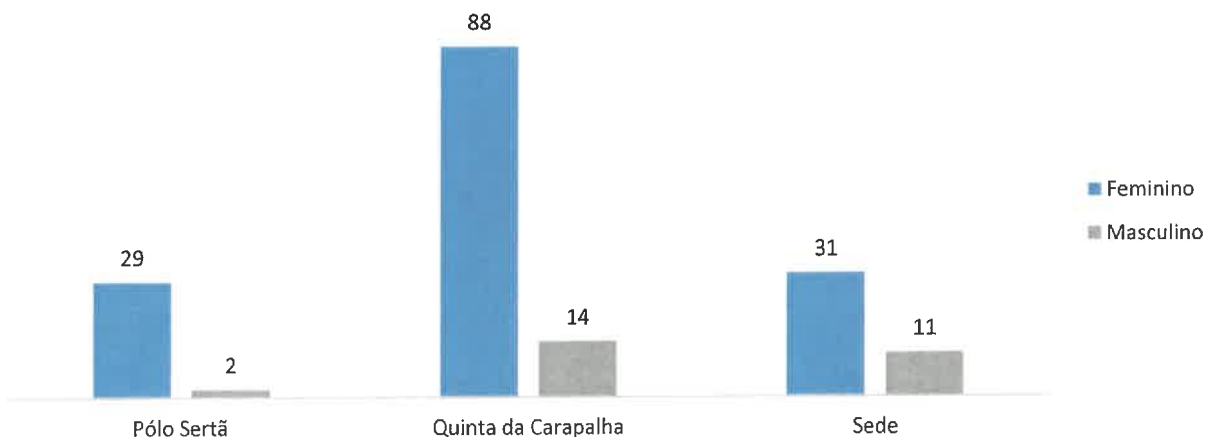


Gráfico 4 - Número de colaboradores por género

Verifica-se pelo gráfico que o universo de colaboradores da APPACDM de Castelo Branco é composto maioritariamente por pessoas do sexo feminino 85%, pelo que o sexo masculino conta apenas com 15%.

O gráfico representa a distribuição os colaboradores por seis grupos funcionais.

Número de Colaboradores por Grupo Funcional e Estabelecimento

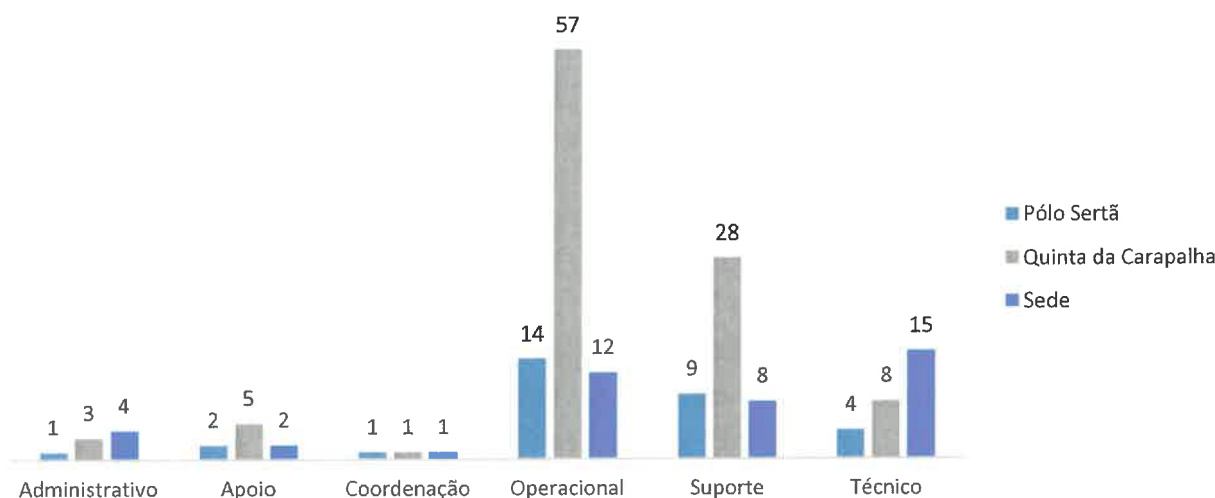


Gráfico 5 - Número de colaboradores por grupo funcional e estabelecimento

Destacam-se os grupos funcionais “Operacional” (83 colaboradores) - Ajudantes de Ação Direta, Auxiliares de Educação, Auxiliares de Atividades Ocupacionais - e de “Suporte” (45 colaboradores) – áreas circundantes à atividade geral da instituição, como transportes, cozinha, limpeza – com os mais titulares, seguindo do grupo dos “Técnicos”.

3. PARCERIAS

Com o objetivo de alcançar resultados cada vez mais eficazes e uma sociedade mais inclusiva, desenvolveram-se com os parceiros, ao longo do ano de 2021, atividades locais e nacionais (a maioria via plataforma digital *Zoom*), em que se destacam as seguintes parcerias:

a) Parceiros da APPACDM de Castelo Branco transversais às diversas valências:

- Câmara Municipal de Castelo Branco e Sertã;
- Junta de Freguesia de Castelo Branco;
- Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação, Escola Superior de Artes, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia);
- Centro de Formação Profissional do IEFP;
- Universidade de Coimbra;
- Universidade do Minho;
- Escola Superior de Saúde Porto;
- Escola Superior de Saúde de Leiria;
- Escolas de Formação Profissional ETEPA e ETAPRONI;
- Agrupamentos de Escolas: Afonso de Paiva, Nuno Álvares, Amato Lusitano, José Sanches Alcains, Vila Velha de Rodão e Sertã;
- Hospital Amato Lusitano;
- Sub-região de Saúde;
- ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul;



- b) Entidades Financiadoras e Reguladoras:
- Centro Distrital de Segurança Social;
 - Ministério da Educação;
 - Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- c) Contributos ao Sector Solidário e Comunidade - A instituição mantém uma participação ativa nos Órgãos Sociais:
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);
 - União Distrital das IPSS (UDIPSS de Castelo Branco);
- d) Sócio participativo de:
- Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO);
 - RODOLIVE – Cooperativa de Azeites de V. Velha Rodão;
 - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (APEGA);
 - EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza Nacional;
 - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (HUMANITAS);
 - União Distrital das IPSS (UDIPSS de Castelo Branco);
 - Junta de Agricultores do Regadio de Açafal – Vila Velha Rodão;
 - ANDDI – Associação Nacional de Desporto para o Desenvolvimento Intelectual.

4. MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO

Durante o ano de 2021, registaram-se ações na esfera da melhoria contínua/inação, otimizando a comunicação e imagem da organização, procurando sensibilizar a comunidade para os direitos e deveres, e inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades, tais como:

- A APPACDM esteve ligada ao mundo na primeira Academia de Economia Social e Solidária em Portugal, organizada pela CASES e OIT – Organização Internacional do Trabalho. onde foi divulgado o Museu da Seda, através de um filme traduzido em língua Inglesa, Francesa e Espanhola e numa entrevista interativa à Sr.^a Presidente Dr.^a Maria de Lourdes dinamizada pela jornalista Dr.^a Bethania Pagim onde foi explicado o projeto da instituição;
- Representação da Instituição, pela Sr.^a Presidente da Direção Dr.^a Maria de Lourdes Pombo na CNIS, UDIPSS de Castelo Branco, FEDPAS, Conselho Geral dos Agrupamentos Nuno Álvares e Amato Lusitano;
- Apresentações e *Posters* em Seminários e Congressos, nacionais e estrangeiros via Zoom, alguns com a participação de nossos utentes;
- Participação do Diogo Côrte no EURO TRIGAMES 2021 em Itália com a obtenção do título de Bi Campeão;
- Visitas ao Museu da Seda;
- Participação em feiras virtuais;
- Venda de trabalhos realizados pelos utentes, na Venda de Natal Castelo Branco;

No que se refere à criação de condições de sustentabilidade e desenvolvimento, deu-se continuidade às respostas de intervenção terapêutica (terapia ocupacional, fisioterapia, terapia da fala, nutrição e psicologia), respondendo às solicitações da comunidade.



A continuidade dos projetos *Museu da Seda*, *Centro Sericícola*, *Agricultura Biológica*, *Atividade Pecuária*, *Jardinagem e Espaços Verdes*, *Centro de Recursos para a Inclusão e Desporto Adaptado* foram também pilares para a sustentabilidade e desenvolvimento da instituição.

V. PANDEMIA COVID-19

A instituição acompanhou todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia COVID-19, seguindo sempre as recomendações da Direção Geral de Saúde e as orientações do Governo Português.

Em 2021 foi declarado de novo o estado de emergência em Portugal e além de diversas medidas, o Governo Português ordenou o encerramento de certas atividades relacionadas com pessoas deficientes, designadamente as valências de Sócio Educativo, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Apoio e Formação Profissional, mantendo-se em funcionamento os quatros lares residenciais. Durante este período alguns colaboradores reforçaram as equipas dos lares e outros mantiveram-se em trabalho remoto com atendimentos síncronos aos alunos e às famílias que não tinham internet através de telefone. Foram enviados trabalhos (via correio, email, *WhatsApp*), efetuaram-se apoios sociais a nível de cuidados básicos (alimentação e higiene).

A Direção da Instituição manteve a decisão do ano anterior do pagamento dos salários, não aderindo ao lay-off simplificado parcial ou total.

VI. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2021 iniciou dominado pelo contexto pandémico, que se vive desde o final do primeiro trimestre de 2020 e a Direção da APPACDM de Castelo Branco e os restantes órgãos sociais mantêm o foco em defender as políticas de continuidade às atividades existentes e incrementação de novas, sempre de acordo com as normas do Governo da República Portuguesa e da Direção Geral de Saúde, por forma a garantir a melhoria contínua dos padrões de qualidade e segurança dos serviços a prestar aos utentes e famílias, indo ao encontro das suas expetativas, necessidades e interesses, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2021 apresentou um resultado líquido de cento e quatro mil quatrocentos e noventa euros e oitenta e um cêntimos (104.490,81€), propondo a sua aplicação em resultados transitados.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

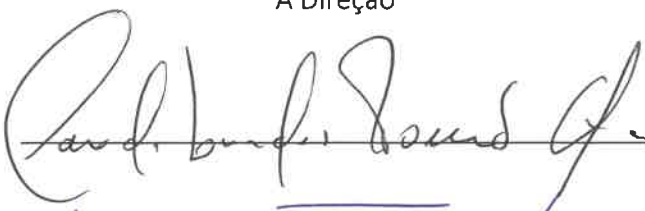
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, sobretudo aos nossos Utentes/Famílias, mas também a todos os nossos Parceiros.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de profundo apreço pelo seu profissionalismo, empenho e dedicação neste período difícil da pandemia.

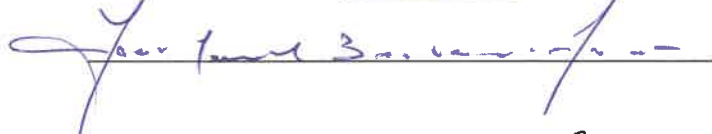
Apresenta-se, de seguida as Demonstrações Financeiras e Anexo, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o exigido pelo referencial contabilístico.

Castelo Branco, 14 de março de 2022

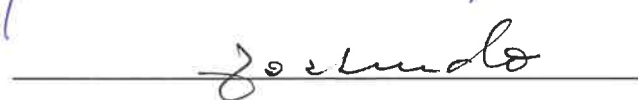
A Direção



Carlos Mendes Sousa



José Luís Sousa



José Luís Sousa

IX. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2021

1. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.193.891,55	5.493.067,05
Ativos Intangíveis	6		
Investimentos financeiros		19.190,00	14.668,62
	Subtotal	5.213.081,55	5.507.735,67
Ativo corrente			
Inventários	7	9.692,09	11.649,28
Créditos a receber	8	18.463,16	15.757,93
Estado e outros Entes Públicos	9	3.193,00	9.817,42
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/associados/membros		643,00	
Outros ativos correntes	10	480.643,28	570.411,70
Diferimentos	11	26.696,82	21.734,36
Caixa e depósitos bancários	4	4.179.655,69	3.874.865,27
	Subtotal	4.718.987,04	4.504.235,96
Total do Ativo		9.932.068,59	10.011.971,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	632.341,56	632.341,56
Resultados transitados	12	6.771.047,05	6.561.053,15
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.582.449,64	1.667.430,24
Resultado Líquido do período	12	104.490,81	209.993,90
Total dos Fundos Patrimoniais	12	9.090.329,06	9.070.818,85
PASSIVO			
Passivo não corrente			
	Subtotal		
Passivo corrente			
Fornecedores	13	32.879,39	36.444,43
Estado e outros Entes Públicos	9	71.595,27	74.134,18
Diferimentos	11	276.912,49	465.037,75
Outros passivos correntes	14	460.352,38	365.336,42
	Subtotal	841.739,53	941.152,78
Total do Passivo			
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		9.932.068,59	10.011.971,63

Castelo Branco, 14 de março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2021

A DIREÇÃO

 João Luís Bastos
 João Luís Bastos

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	720.103,66	701.172,72
Subsídios, doações e legados à exploração	16	3.715.229,26	3.577.118,51
Trabalhos para a própria entidade	17	12.887,91	9.244,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-294.017,23	-201.403,38
Fornecimentos e serviços externos	18	-933.429,73	-870.818,40
Gastos com o pessoal	19	-2.814.008,41	-2.688.907,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-1.955,94	-17.207,42
Outros rendimentos	20	136.372,18	177.424,31
Outros gastos	21	-96.485,18	-113.144,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		444.696,52	573.479,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-341.523,94	-365.650,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		103.172,58	207.828,49
Juros e rendimentos similares obtidos	22	1.318,23	2.165,41
Resultados antes de impostos		104.490,81	209.993,90
Resultado líquido do período		104.490,81	209.993,90

Castelo Branco, 14 de março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

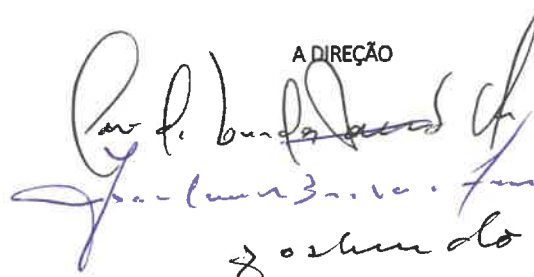


Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Unidade Monetária: Euros		
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020							
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	632.341,56	6.498.878,31	1.781.131,19	62.174,84	8.974.525,90	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento				-113.700,95		-113.700,95	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
Transferência Resultados Líquidos de 2019		-	62.174,84		-62.174,84		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	-	62.174,84	-113.700,95	-62.174,84	-113.700,95	
RESULTADO INTEGRAL	3				209.993,90	209.993,90	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3				147.819,06		
	5						
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	632.341,56	6.561.053,15	1.667.430,24	209.993,90	9.070.818,85	

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO
 Paulo Luís da Silva
 3 de Junho de 2021

Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021		Unidade Monetária: Euros					
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	632.341,56	6.561.053,15	1.667.430,24	209.993,90	9.070.818,85	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento				-84.980,60		-77.735,60	
Transferência Resultados Líquidos de 2020			209.993,90		-209.993,90		
	7	-	209.993,90		0,00		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				104.490,81	104.490,81	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				-	-	
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	12	632.341,56	6.771.047,05	1.582.449,64	104.490,81	9.090.329,06

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

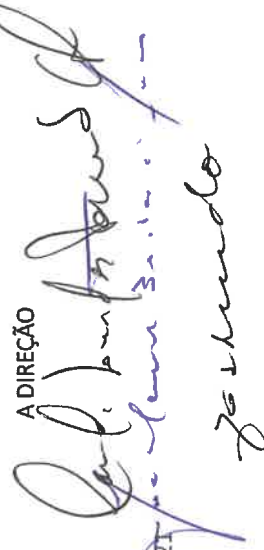


Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2021

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

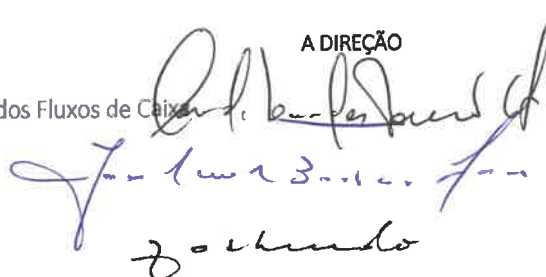
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
			PERÍODOS	
			2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
	Recebimentos de clientes e utentes		712.477,72	694.733,03
	Recebimentos de subsídios à exploração		3.609.599,21	3.586.748,13
	Pagamentos de Bolsas e outros Apoios		-47.580,35	-88.095,33
	Pagamento a fornecedores		-1.172.227,65	-1.076.770,09
	Pagamentos ao pessoal		-1.848.099,99	-1.842.478,54
	Caixa gerada pelas operações		1.254.168,94	1.274.137,20
	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
	Outros recebimentos/pagamentos		-912.488,26	-888.074,80
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		341.680,68	386.062,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
	Ativos fixos tangíveis		-44.601,06	-129.705,90
	Ativos intangíveis			
	Investimentos financeiros			
	Outros ativos			
			-44.601,06	-129.705,90
Recebimentos provenientes de:				
	Ativos fixos tangíveis			
	Ativos intangíveis			
	Investimentos financeiros			
	Outros Ativos			
	Subsídios ao investimento			
	Juros e rendimentos similares		1.252,80	4.131,60
	Dividendos			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-43.348,26	-125.574,30
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
	Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
	Cobertura de prejuízos			
	Doações		6.458,00	7.187,20
	Outras operações de financiamento			7.187,20
	Pagamentos respeitantes a:			
	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
	Juros e gastos similares		0,00	0,00
	Dividendos			
	Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
	Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6.458,00	7.187,20
	Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1+2+3)		304.790,42	267.675,70
	Efeito das diferenças de câmbio			
	Caixa e seus equivalentes no início do período		3.874.865,27	3.609.473,94
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.179.655,69	3.874.865,27

Castelo Branco, 14 de março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO



Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A DIREÇÃO





5. ANEXO



O presente ANEXO compreende as divulgações que a APPACDM de Castelo Branco considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A “APPACDM de Castelo Branco” é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação/IPSS, com o NIPC 504646710 cujos estatutos publicados no Diário da República n.º 155 de 06/07/2001, Série III, foram objeto de alteração na Assembleia Geral realizada 15/10/2015 e posteriormente remetidos à Direção-Geral da Segurança Social, que registou o averbamento n.º 2, à inscrição n.º 62/01, a fls. 163, 163 verso e 164 do Livro n.º 8 das Associações de Solidariedade Social e considerando-se efetuado em 16/06/2016.

Tem como fim satisfazer as necessidades e carências do cidadão deficiente mental e a sua integração social, através das atividades de ensino e reabilitação.

Para prosseguir os seus objetivos está enquadrada nos seguintes CAES:

- **CAE Principal:** 87302 Atividade de Apoio Social para pessoas com deficiência com alojamento;
- **CAE's Secundários:** 88102 Atividade Apoio Social para pessoas com Deficiência sem alojamento (CAO e SAD); 85201 Ensino Básico (Sócios Educativos); 88990 Out. Atividade Apoio social sem alojamento N.E. (Cantinas Sociais);
- **CAE's atividades auxiliares:** 85591 Formação Profissional; 01500 Agricultura Produção Animal (agricultura); 86906 Outras atividade saúde humana (terapias, Psicologia, Nutrição); 91020 Atividades dos Museus

A APPACDM de Castelo Branco tem a sede em Castelo Branco, na Rua em frente ao Hospital Distrital de Castelo Branco, o Centro da Carpalha, também em Castelo Branco e a delegação da Sertã.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A APPACDM aplica o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março posteriormente alterado pela Portaria n.º 218/2015 de 23 junho como consta do DR n.º 142- 1ª série. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNLNCRF-ESNL).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*”.

3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO


As Demonstrações Financeiras do presente anexo estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras.

3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. RÉDITO

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da APPACDM é reconhecido como se segue:

- i) Vendas – Na data da transação;
- ii) Matrículas – Na data da realização da matrícula;
- iii) Mensalidades e participações – No período em que o serviço é prestado;
- iv) Serviços secundários - No período em que o serviço é prestado;
- v) Quotas e joias – No período a que respeita.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeita.

3.2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 12 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento biológico	10 anos
Equipamento administrativo	3 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontra, espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da APPACDM têm vida útil determinável. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método de linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

3.2.4. INVENTÁRIOS

Os “*Inventários*” estão mensurados ao custo de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade, sendo resposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, outros instrumentos financeiros, clientes e utentes e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor muito próximo do respetivo justo valor, dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores receber, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade.

3.2.6. FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. PROVISÕES

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

A APPACDM está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). A APPACDM não exerce qualquer atividade comercial ou industrial fora do âmbito dos fins estatutários.

As despesas não documentadas estão sujeitas a tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. FLUXOS DE CAIXA

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	631,79	285.395,73	285.516,17	511,35
Depósitos à Ordem	824.233,48	10.312.273,96	8.157.363,10	2.979.144,34
Outros Depósitos Bancários	3.050.000,00	1.200.000,00	3.050.000,00	1.200.000,00
Total de Caixa e Depósitos Bancários	3.874.865,27	11.797.669,69	11.492.879,27	4.179.655,69

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Outros Ativos Fixos Tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis em 2021 e 2020 resume-se nos quadros seguintes:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13					362.195,13
Edifícios e outras construções	8.069.143,68	27.785,35		113.817,55		8.210.746,58
Equipamento básico	1.361.557,05	36.250,88	23.769,63	123.038,75		1.497.077,05
Equipamento de transporte	713.361,09					713.361,09
Equipamento biológico	11.222,48					11.222,48
Equipamento administrativo	223.909,99	9.741,85				233.651,84
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96					44.517,96
Investimentos em curso	151.639,00	85.217,30		-236.856,30		0
Total	10.937.546,38	158.995,38	23.769,63	0,00		11.072.772,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais					-	-
Edifícios e outras construções	3.131.301,47	280.200,28				3.411.501,75
Equipamento básico	1.253.991,41	49.257,91	23.769,63			1.279.479,69
Equipamento de transporte	594.581,00	29.535,72				624.116,72
Equipamento biológico	1.827,00	23,00				1.850,00
Equipamento administrativo	232.734,04	6.108,34				238.842,38
Outros Ativos fixos tangíveis	23.388,94	525,60				23.914,54
Investimentos em curso						
Total	5.237.823,86	365.650,85	23.769,63	113.817,55		5.579.705,08
Ativos Líquidos						5.493.067,05

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13					362.195,13
Edifícios e outras construções	8.210.746,58					8.210.746,58
Equipamento básico	1.497.077,05	24.093,79				1.521.170,84
Equipamento de transporte	713.361,09					713.361,09
Equipamento biológico	11.222,48					11.222,48
Equipamento administrativo	233.651,84	18.254,65				251.906,49
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96					44.517,96
Total	11.072.772,13	42.348,44		0,00		11.115.120,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	3.411.501,75	272.507,46				3.684.009,21
Equipamento básico	1.279.479,69	41.536,46				1.321.016,15
Equipamento de transporte	624.116,72	18.141,07				642.257,79
Equipamento biológico	1.850,00					1.850,00
Equipamento administrativo	238.842,38	8.813,35				247.655,73
Outros Ativos fixos tangíveis	23.914,54	525,60				24.440,14
Total	5.579.705,08	341.523,94				5.921.229,02
Ativos Líquidos						5.193.891,55

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos onde está instalado o polo da Carpalha foram cedidos à APPACDM por um período de 25 anos, renovável. As depreciações daqueles equipamentos estão de acordo com a vida útil estimada e não pelo período de concessão dos terrenos, uma vez que não é expectável que o contrato de comodato não seja renovado no fim do prazo.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de “Ativos Intangíveis” apresentava os seguintes valores:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23	0,00				7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23					7.135,23
Ativos Líquidos	0,00					0,00
31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2021
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23		0,00			7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23					7.135,23
Ativos Líquidos	0,00					0,00

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	1.158,19			1.158,19			1.158,19
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	6.363,41	238.440,79	-32.909,73	10.491,09	270.431,47	21.628,57	8.533,90
Total	7.521.60	238.440,79	-32.909,73	11.649.28	270.431,47	21.628,57	9.692,09
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				201.403,38			294.017,23

8. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Cientes	120,81	1.800,81
Utentes	18.342,35	13.985,12
Cientes de Cobrança duvidosa	41.324,54	39.340,60
Total (a)	59.787,70	55.126,53
Perdas por Imparidade		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Perdas por imparidade acumuladas no início do período	-39.368,60	-22.161,18
Perdas por imparidade no período	4.194,14	-17.547,17
Reversões de perdas de imparidade no período	-2.238,20	339,75
Perdas por imparidade acumuladas no fim do período (b)	-41.324,54	-39.368,60
Total da rubrica de clientes (a-b)	18.463,16	15.757,93

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.193,00	9.814,42
Total	3.193,00	9.817,42
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	43,14	21,56
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	18.527,93	20.465,79
Segurança Social	52.501,89	53.248,72
Outros Impostos e Taxas, FCT	522,31	398,11
Total	71.595,27	74.134,18

No ativo estão reconhecidos os reembolsos (valores a receber) do IVA suportado na alimentação e investimentos restituído pelo Estado às IPSS.

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	518,90	453,47
ISS,IP-Cantinas Sociais	1.560,00	
Outros Prestadores Serviços	0,00	274,54
Outros Devedores		
POISE	424.848,29	505.948,32
IEFP-CB	49.205,06	10.001,02
Programa Adaptar Social +	0,00	3.977,67
Valores a receber Antenas	2.622,67	2.622,67
Outros devedores	1.888,36	2.134,01
Total	480.643,28	570.411,70

11. DIFERIMENTOS

As rubricas de "Diferimentos" decompõem-se como se segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Gastos a reconhecer		
Outros (seguros e prestações de serviços)	26.696,82	21.734,36
Total	26.696,82	21.734,36
Rendimentos a reconhecer		
POISE	276.912,49	462.108,33
IEFP		2.929,42
Outros		
Total	276.912,49	465.037,65

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	632.341,56			632.341,56
Resultados transitados	6.498.878,31	62.714,84		6.561.053,15
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.781.131,19		-113.700,95	1.667.430,24
	8.912.351,06	62.174,84	-113.700,95	8.860.824,95
Resultado Líquido do Período	62.174,84	209.993,90	-62.174,84	209.993,90
Total dos Fundos Patrimoniais	8.974.525,90	272.168,74	-175.875,79	9.070.818,85

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	632.341,56			632.341,56
Resultados transitados	6.561.053,15	209.993,90		6.771.047,05
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.667.430,24		-84.980,60	1.582.449,64
	8.860.824,95	209.993,90	-84.980,60	8.985.838,25
Resultado Líquido do Período		104.490,81		104.490,81
Total dos Fundos Patrimoniais	9.070.818,85			9.090.329,06

Na rubrica outras variações nos capitais próprios estão reconhecidas as seguintes doações:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Herança de Luís Ferreira Belo	38.361,96	38.361,96
Herança de Isabel Esteves	26.199,93	26.199,93
Doação de Equipamentos	3.654,02	3.654,02
Doação de mãe M ^ª Cândida Levita	15.082,90	15.082,90
Total	83.298,81	83.298,81

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica de "Fornecedores c/c" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c	32.879,39	36.644,43
Total	32.879,39	36.644,43

14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		15.932,87		16.215,85
Credores por acréscimos de gastos				
Férias e Sub. Férias		407.997,32		343.777,45
Fornecedores diversos		31.457,60		4.423,75
Outros credores		4.964,59		919,37
Total		460.352,38		365.336,42

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O rédito reconhecido no período relativo a vendas e serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e decompõe-se como se segue:

Descrição	2021	2020
VENDAS	9.227,74	6.244,42
Produtos Oficiais e artesanais	3.622,49	3.103,12
Produtos Bioológicos	5.129,91	2.777,81
Outros	475,34	363,49
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	710.875,92	694.928,30
Quotas associados, Matrículas e Mensali. Utentes	699.057,21	688.765,30
Matrículas e Mensalidades dos Utentes	696.447,21	687.260,30
Quotizações, Joias e Cap. recursos	2.610,00	1.505,00
Serviços Secundários	11.815,66	6.163,00
Fisioterapia	6.670,00	3.768,00
Terapia Ocupacional	3.510,00	1.053,00
Outras Consultas	1.635,66	1.342,00
Outros	3,05	
Total das Vendas e Prestações Serviços	720.103,66	701.172,72

16. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Associação reconheceu na demonstração dos resultados por naturezas os seguintes subsídios à exploração.

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
Segurança Social	3.043.029,28	2.930.852,78
DREC	243.099,63	239.638,08
Subtotal	3.286.128,91	3.170.490,86
Subsídios de outras entidades		
Câmara Municipal Castelo Branco	84.450,00	60.000,00
Junta Freguesia C. Branco	500,00	500,00
IFAP	10.175,00	10.399,22
IAPMEI	1.985,75	
IEFP Programas, Estágios	134.830,76	67.817,42
POISE- IEFP-FP	196.503,84	265.796,16
Outras	655,00	
Doações e Heranças		2.144,85
Subtotal	429.100,35	406.627,65
Total	3.715.229,26	3.577.118,51

17. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os valores inscritos na conta “Trabalhos para a Própria Entidade” correspondem:

Descrição	2021	2020
Produtos da Qtª consumidos na Instituição	12.887,91	9.244,58
Total	12.887,91	9.244,58

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	65.187,25	47.143,14
Honorários	181.582,44	175.659,04
Conservação e reparação	81.065,07	71.209,99
Outros serviços especializados (vigilância, publici.)	1.463,04	4.064,71
Materiais	75.091,15	114.373,77
Energia e fluidos	250.239,78	229.236,65
Deslocações, estadas e transportes	26.668,55	22.355,51
Encargos com utentes	59.115,32	45.106,13
Serviços diversos		
<i>Limpeza higiene e conforto</i>	140.916,54	103.884,55
<i>Outros serviços (Rendas, notariado)</i>	712,56	9.977,47
<i>Comunicação</i>	21.687,54	25.575,11
<i>Seguros</i>	21.600,80	22.782,59
<i>Outros Serviços (rendas e contencioso)</i>	8.099,69	1.449,74
Total	933.429,73	870.818,40

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2021 e 2020 foram, respetivamente “22” e “22”.

Os órgãos diretivos/sociais da APPACDM de Castelo Branco não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo em 31-12-2021 foi de 188 e em 31-12-2020 foi de 188,. contabilizando pessoas integrantes em projetos do IEFP em ambos os anos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	2.256.476,87	2.138.303,20
Encargos sobre as Remunerações	515.890,11	468.979,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	28.548,72	32.683,24
Outros Gastos com o Pessoal	13.092,71	48.941,06
Total	2.814.008,41	2.688.907,32

20. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	15.138,91	11.934,02
Serviços Sociais	5.770,64	9.466,49
Aluguer de Equipamento	3.978,00	2.467,53
Outros	5.390,27	
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.597,38	2.485,74
Outros rendimentos	119.635,89	163.004,55
Imputação de Subsídios ao Investimento	84.980,60	113.700,95
Donativos e outros	15.666,06	13.889,66
Receitas de Processos Judiciais	3.800,00	4.750,00
Correções Relativas a Períodos Anteriores	15.189,23	22.973,08
Outros		7.690,86
Total	136.372,18	177.424,31

(1) A APPACDM reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:

Descrição	Valor Inicial	Valor Líquido 2020	Subsídio reconhecido 2021	Valor Líquido 2020
PIDDAC - Obra da Sertã	122.898,77 €	68.823,28 €	2.457,98 €	66.365,30 €
CDSS - MASES	34.196,09 €	15.832,96 €	483,29 €	15.349,67 €
Camara Municipal C. Branco	191.537,51 €	111.091,68 €	3.830,75 €	107.260,93 €
PAMAF - Med. 2.2	60.987,71 €	5.168,36 €	1.720,39 €	3.447,97 €
IFADAP - Sub.Const. Charca	10.476,43 €	4.545,69 €	348,87 €	4.196,82 €
CDSS Sub. Ev. Obras Lar 4	60.000,00 €	8.343,55 €	2.086,26 €	6.257,29 €
Museu Seda	905.600,00 €	724.480,00 €	45.280,00 €	679.200,00 €
POPH 23468/2009/612	640.864,77 €	532.852,78 €	15.248,75 €	517.604,03 €
CMCB Lar 4	50.000,00 €	41.575,95 €	1.189,70 €	40.386,25 €
PRODER/ADRACES	89.297,23 €	49.113,49 €	4.464,86 €	44.648,63 €
PDR200 3.2.2	14.295,00 €	10.568,69 €	624,75 €	9.943,94 €
Totais	2.180.153,51 €	1.572.396,43 €	77.735,60 €	1.494.660,83 €

(2) A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos por outras entidades:

Imputação dos subsídios ao Investimento 2020 (Outras entidades)

Conta	Descrição	Valor Inicial	Valor líquido 2020	Subsídio reconhecido 2021	Valor líquido 2021
594221	EDP	72.450,00 €	11.735,00 €	7.245,00 €	4.490,00 €

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados (depreciações e amortizações).

Nenhum dos subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras é reembolsável.

21. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	21.987,54	21.857,52
IMI	1.422,15	926,72
IVA	19.390,78	18.393,41
Taxas	1.174,61	2.537,39
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		264,41
Correções relativas a exercícios anteriores	20.724,72	
Apoios Financeiros a Utentes e Associados	51.206,92	91.022,33
Quotizações	2.566,00	2.927,20
Total	96.485,18	113.144,26

22. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.318,23	2.165,41
Total	1.318,23	2.165,41
Resultados financeiros	1.318,23	2.165,41

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação não tem qualquer imposto sobre o rendimento a pagar relativo ao exercício de 2021.

24. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram constituídas quaisquer provisões ou reconhecidos passivos e ativos contingentes, nem tão pouco foram identificadas situações que possam dar origem ao reconhecimento de provisões ou ativos e passivos contingentes.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

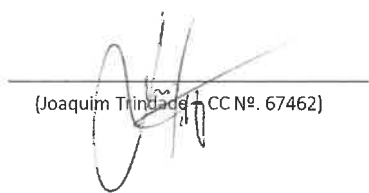
26. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

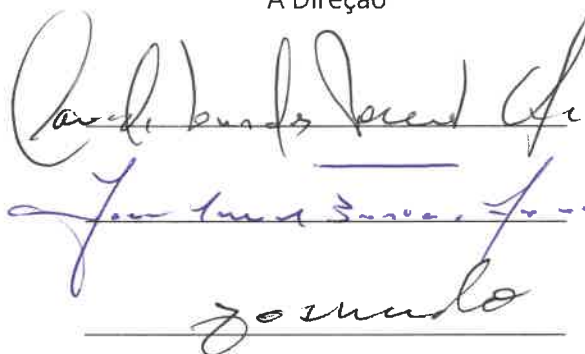
Castelo Branco, 14 de março de 2022

O Contabilista Certificado



(Joaquim Trindade) CC N.º 67462

A Direção



zomudo

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com o artigo nº.32. 1º. alínea b) dos Estatutos da APPCDM de Castelo Branco o Conselho Fiscal acompanhou de perto os factos mais relevantes em matéria de gestão, através de troca de impressões com a Direcção, Contabilista Certificado e responsáveis pelos Serviços e verificou um número significativo de documentos que servem de suporte à contabilidade.

- a) Analisamos o Relatório da Direcção que traduz fielmente o ocorrido no período de 2021.
- b) Tanto o Balanço assim como a Demonstração de Resultados, dão satisfação aos preceitos legais e são claros da situação financeira em 31 de Dezembro de 2021.

O Conselho Fiscal face aos exames efectuados tem a seguinte opinião:

1. Que sejam aprovados pela Assembleia Geral o Relatório da Direcção, Balanço e Demonstração de Resultados e Outras Peças Auxiliares, respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. Que ao resultado do período a sua aplicação seja feita de acordo com a proposta da Direcção.

Elogiamos a Direcção pelo trabalho desenvolvido em prol dos clientes da APPACDM de Castelo Branco, assim como da população em geral a quem presta apoio.

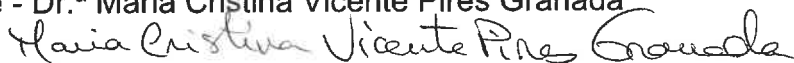
É nosso dever ainda agradecer à Direcção e seus colaboradores a disponibilidade que sempre nos dispensaram no desempenho da nossa função.

Não havendo mais nada a tratar encerramos este parecer que vai ser assinado pelos presentes.


Castelo Branco, 23 de Março de 2022

O Conselho Fiscal:

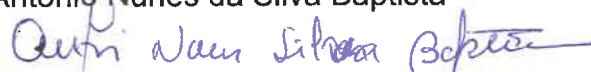
Presidente - Dr.^a Maria Cristina Vicente Pires Granada



1º. Vogal - Jorge José Antunes Alves



2º. Vogal - António Nunes da Silva Baptista



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **APPACDM de Castelo Branco** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 9.932.068,59 euros e um total de capital próprio de 9.090.329,06 euros, incluindo um resultado líquido de 104.490,81 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **APPACDM de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de

2 

ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisora Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523


Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Castelo Branco, 29 de março de 2022



Ana Sofia Gonçalves Belgas, ROC 1523